

GUIA PRÁTICO DO PROFESSOR



# **Acessibilidade na Educação do Surdo no Ensino Remoto**

JANE DE CARLOS SANTANA CAPELLI

NUCCIA N. T. DE CICCIO

VIVIAN M. RUMJANEK

# **GUIA PRÁTICO DO PROFESSOR**

**Acessibilidade na Educação do Surdo no Ensino Remoto**

**Jane de Carlos Santana Capelli  
Nuccia N. T. De Cicco  
Vivian M. Rumjanek**

**Macaé - RJ**

**- Abril/2021 -**



**Prefeitura Municipal de Macaé**

Prefeito Welbert Rezende

**Secretaria Municipal de Educação**

Eliane de Araújo Santos

**Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior**

Flaviá Picon Pereira

**Superintendência de Educação Multiprofissional**

Janaina Pinheiro Ferreira Gomes

**Coordenação de Inclusão**

Regina Auxiliadora Signe Pinho

**Observatório da Cidade de Macaé**

Scheila Ribeiro de Abreu e Silva

**REALIZAÇÃO:**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**

**Campus Macaé Professor Aloísio Teixeira**

**Projeto Surdos-UFRJ**

Coordenadora: Vivian M. Rumjanek [Centro de Ciências da Saúde/Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis (IBqM) | Laboratório Didático de Ciências para Surdos (Ladics)]

**Comissão Permanente UFRJ-MACAÉ Acessível e Inclusiva (CPAI)**

Presidente: Jane de Carlos Santana Capelli

Vice-presidente: Inês Leoneza de Souza

C238g

Capelli, Jane de Carlos Santana

Guia prático do professor : acessibilidade na educação do surdo no ensino remoto. / Jane de Carlos Santana Capelli ; Nuccia N. T. De Cicco ; Vivian M. Rumjanek. -- Macaé : Observatório da Cidade de Macaé, 2021.

16 f.

ISBN: 978-65-89225-01-0

Inclui bibliografia.

I. Educação de surdos. I. Capelli, Jane de Carlos Santana. II. De Cicco, Nuccia N. T. III. Rumjanek, Vivian M. IV. Título.

CDD 618.920989

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)  
Campus UFRJ-Macaé Professor Aloísio Teixeira  
Bibliotecária Rosângela Ribeiro Magnani Diogo CRB7/3719

**Distribuição gratuita.**

**Publicação aprovada pelo Conselho Acadêmicos de  
Gestão e Conselho Editorial do Observatório da  
Cidade de Macaé em 24/02/2021.**

## AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos à Superintendente de Educação ,lanoissfiortpluMJanaina Pinheiro Ferreira Gomes; à Coordenadora de Inclusão, Regina Auxiliadora Signe Pinho; à professora Garrolici de Fátima Peixoto de Alvarenga, Coordenadora de Campo da Coordenação de Inclusão e à Tradutora e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), Cristiane Dantas, membros da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Macaé (SEMED), pela leitura cuidadosa e revisão crítica da obra.



## SUMÁRIO

Apresentação	07
Introdução	10
Ensino remoto e presencial	11
Orientações específicas no ensino remoto	13
Bibliografia	15



## APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Rio de Janeiro em seu Campus Macaé (UFRJ-Campus Macaé Professor Aloisio Teixeira), no que se refere à pessoa com deficiência auditiva e surdez, em parceria com a Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, vem desenvolvendo ações de extensão e pesquisa voltados aos diferentes públicos dessa área do conhecimento, primando tanto pelo tripé Gestão, Universidade e Sociedade como pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

No ano de 2010, o projeto de extensão “Espaço saúde e saber para crianças e adolescentes portadoras de deficiência auditiva – Macaé”, coordenado pela professora Dra. Jane Capelli (UFRJ-Campus Macaé), em parceria com as secretarias municipais de educação e educação especial de Macaé e a Associação Macaense do Deficiente Auditivo (AMADA), foi aprovado na UFRJ-Campus Macaé visando implementar ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e saúde de crianças e adolescentes com deficiência auditiva (DA) inscritos na AMADA.

Após dois anos de execução do projeto e trocas de experiências (2013) com a gestão da educação do município e, posteriormente, com a área da saúde (2017), detectou-se a necessidade de planejar, organizar e executar cursos de capacitação para professores da Rede Básica de Ensino de Macaé, bem como materiais educativos e didáticos – cartilhas, livro, capítulos de livro, artigos e um manual voltados a pessoa com deficiência auditiva e surdez (oferecidos gratuitamente à população, principalmente, aos professores Macaé, tanto do ensino básico como do ensino superior). Assim, o primeiro curso de capacitação de professores tutores em saúde auditiva oferecido pela universidade, em parceria com o município, aconteceu em 2013.

A necessidade de elaborar um projeto de extensão em parceria com a coordenação do Programa Saúde na Escola (PSE), da Secretaria Municipal de Educação/ Secretaria Municipal de Saúde, ocorreu após seis anos de ações. Desta forma, foi elaborado em 2017, um novo projeto intitulado “Saúde nas Escolas: ações de promoção da saúde auditiva na Rede Básica de Ensino de Macaé”, conhecido como Saúde nas Escolas, sob coordenação da professora Jane Capelli (tendo a sua aprovação em 2017, tanto pela coordenação de extensão da UFRJ Campus Macaé, como pelo Comitê de Ética em Pesquisa) para atender a décima ação do PSE, a saber: Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.

Cabe ressaltar que no ano de 2018 foi estabelecida a parceria entre a UFRJ-Campus Macaé e a UFRJ-Campus Fundão, por meio do PROJETO SURDOS-UFRJ, que desde 2005 vem oferecendo cursos de curta duração e estágios em laboratório para alunos surdos de escolas públicas. Essa parceria vem contribuindo para o entendimento das múltiplas dimensões do



universo da surdez e como as ações dos projetos envolvidos no campo da Educação podem favorecer os diferentes atores envolvidos, como o professor e o estudante surdo sinalizante (que se comunica pela Língua Brasileira de Sinais – Libras, ou seja, tem a Libras como a sua primeira língua – L1), por exemplo.

No ano de 2019, a partir dessa parceria e por meio do pós-doutorado da professora Jane Capelli, sob a supervisão da professora titular Vivian Rumjanek, do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis/Laboratório Didático de Ciência para Surdos (Ladics)/Centro de Ciências da Saúde e coordenadora do PROJETO SURDOS-UFRJ, percebeu-se a necessidade de elaborar um manual<sup>1</sup> voltado aos professores, aos educadores e aos funcionários, visando levar conhecimentos sobre surdez no ensino superior presencial, uma vez que a Lei de Cotas para pessoas com deficiência foi instituída em 2016, e a UFRJ passou a receber estudantes com diferentes deficiências, dentre elas a auditiva, a partir do segundo semestre de 2017. O manual intitulado Educação de Surdos no Ensino Superior foi elaborado entre 2018 e 2019, e publicado pela editora da UFRJ em 2019.

Com a pandemia da Covid-19, na área da Educação as atividades presenciais deram espaço às atividades remotas, levando à sua reinvenção, de modo a dar continuidade ao processo educacional nos diferentes campos, dentre eles, o do ensino. No campo da extensão universitária, o projeto Saudi nas Escolas começou a oferecer o minicurso remoto intitulado “Diálogos sobre surdez e deficiência auditiva”, com carga horária total de 20h, em parceria com o Centro de Formação Professora Carolina Garcia, a partir de julho de 2020.

As demandas dos cursos de graduação da UFRJ-Campus Macaé para atender estudantes com deficiência auditiva em diferentes níveis e graus de perda no ensino remoto, bem como a necessidade de ampliar os conhecimentos dos professores, tanto do ensino superior como da Rede Básica de Ensino, sobre as diferenças na didática voltada aos estudantes surdos sinalizantes (aqui entendido como a pessoa que tem deficiência auditiva profunda, usuária da Libras como primeira língua – L1) e com deficiência auditiva (aqui entendido como estudantes oralizados, em uso de aparelhos de amplificação sonora individual - AASI, ou não) relacionadas ao ensino remoto, levaram a elaboração de um Guia voltado aos professores, que pudesse complementar o primeiro manual (supracitado), que não contemplou em seu conteúdo orientações sobre a atuação de professores no ensino remoto.

O contato e a parceria da primeira autora (do Campus UFRJ-Macaé) com o Observatório da Cidade de Macaé ocorreu no ano de 2020, a partir da publicação da obra "Alimentando o seu bebê: Miniguia com orientações básicas para escolhas alimentares adequadas", das autoras Thaina Lobato Calderoni, Yasmim Garcia Ribeiro, Naiara Sperandio e Jane de Carlos Santana Capelli, voltado ao público usuário da Atenção Básica de Macaé, disponível para consulta pública no site



oficial da Prefeitura de Macaé: [http://www.macaer.rj.gov.br/midia/uploads/Miniguia%20para%20publica%C3%A7%C3%A3o\\_.pdf](http://www.macaer.rj.gov.br/midia/uploads/Miniguia%20para%20publica%C3%A7%C3%A3o_.pdf)

Esta publicação foi construída a partir das experiências dos membros de projeto de extensão universitária denominado Incentivo à Alimentação Complementar Adequada voltada aos Lactentes assistidos na Rede de Atenção à Saúde do Município de Macaé (IACOL), desenvolvido nas unidades de Atenção Básica de Saúde do município de Macaé/RJ, em parceria com o projeto de pesquisa Estado Nutricional de Iodo e Potássio entre Gestantes, Nutrizes e Lactentes Brasileiras um Estudo Multicêntrico (EMDI), ambos do Curso de nutrição; e com a coordenadoria da Área Técnica de Alimentação e Nutrição (CATAN), da Secretaria Municipal de Saúde de Macaé, desde o ano de 2013.

O retorno ao diálogo com o Observatório, que tem se constituído um grande e fundamental espaço de trocas de conhecimentos, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, de modo a atender as necessidades da população macaense, oportuniza a realização de mais uma importante publicação.

Ao apresentar a proposta do Guia, o Observatório da Cidade de Macaé, junto aos profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Macaé, concorda com a pertinência da obra e a sua relevância no campo da Educação. Isto porque, irá apoiar professores de diferentes esferas de ensino, de modo a garantir a acessibilidade e a inclusão dos estudantes, assim como fortalecer as parcerias estabelecidas que primam a Educação de qualidade e inclusiva, por meio do diálogo existente entre o tripé Gestão, Universidade e Sociedade.

Assim, desejamos que esse material possa apoiar professores de diferentes esferas de ensino, de modo a garantir a acessibilidade e a inclusão dos estudantes e fortalecer as parcerias estabelecidas que primam pela Educação de qualidade e inclusiva, por meio do diálogo existente entre o tripé Gestão, Universidade e Sociedade.

As autoras



## INTRODUÇÃO

No Brasil, aproximadamente de dez milhões de brasileiros se autodeclararam com algum tipo de deficiência auditiva.<sup>2</sup> No campo do ensino superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2015, revelou que do total de 12.744 ingressantes por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados, 12,9% (n= 1.685) eram pessoas com deficiência auditiva.<sup>3</sup>

No ano de 2016, foi instituída a Lei nº 13.409/2016<sup>4</sup>, conhecida como a “Lei de Cotas” — que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino —; e faz parte das Políticas de Ações Afirmativas, entendidas como medidas especiais de políticas públicas e ou privadas, de cunho temporário ou não, visando dar oportunidades aos indivíduos da sociedade historicamente negligenciados.<sup>5</sup>

A partir da Lei de Cotas, as instituições federais de ensino passaram a ofertar vagas às pessoas com deficiência, incluindo o surdo usuário da Libras como primeira língua, que denominaremos surdo sinalizante, exigindo que essas instituições se preparassem para recebê-los e criassem estratégias para garantir a sua permanência. Cabe ressaltar que a Lei Brasileira de Inclusão<sup>6</sup> traz normativas para a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em diferentes setores, dentre eles, o da Educação.

Além disso, para justificar a reserva de vagas na universidade, a educação básica deve suprir o estudante surdo sinalizante e com deficiência auditiva (oralizados, em uso ou não de AASI) o conhecimento que o permita chegar ao curso superior, sendo que muitos professores e escolas não se consideram preparados para essa empreitada. A UFRJ passou a receber estudantes com deficiência pela Lei a partir do segundo semestre de 2017.<sup>7</sup> Em seu campus Macaé, no primeiro semestre de 2018, a instituição recebeu um estudante surdo sinalizante e uma estudante com deficiência auditiva moderada.

O surdo sinalizante e a pessoa com deficiência auditiva, bem como todos os indivíduos, devido às suas particularidades e especificidades,<sup>8,9</sup> devem ter assegurados o direito à educação e ao ensino adequados e serem respeitados em todo o processo de aprendizado.<sup>6</sup>

Neste sentido, o presente guia surgiu da necessidade de oferecer orientações básicas aos professores sobre o ensino remoto voltado ao surdo e à pessoa com deficiência auditiva, uma vez que já há publicação voltada ao ensino presencial.<sup>8</sup>



## ENSINO REMOTO E PRESENCIAL

De uma forma geral, tanto no ensino remoto como no presencial, é relevante:

**a) Procurar conhecer o perfil do estudante surdo sinalizante e/ou com deficiência auditiva que está em sua aula**, pois há diferentes tipos de surdos e de abordagens educacionais pelas quais o estudante surdo passou no decorrer de sua escolarização. Isso quer dizer que existem surdos usuários da língua de sinais, surdos usuários de língua portuguesa, surdos que utilizam ambas as línguas e surdos que não usam nenhuma.

**b) Garantir o Tradutor e Intérprete de Libras e da Língua Portuguesa (TILSP)** em todas as disciplinas/matérias que o estudante está cursando.

**c) Compreender que os surdos sinalizantes e as pessoas com deficiência auditiva em alguns casos podem fazer uso da leitura labial nas aulas presenciais.** Portanto, o docente deverá ministrar as aulas presenciais de frente para a turma, a uma curta distância, em ambiente claro e falar ausadamente, de modo que o estudante possa fazer a leitura labial sem barreiras. É importante que o docente sempre repita uma pergunta ou observação feita por alguém fora da área de visão do estudante surdo oralizado, para que seja possível a leitura labial.

**d) Compreender que a leitura labial apresenta a grande desvantagem** de não comportar a situação de várias pessoas falando ao mesmo tempo. Além do mais, exige que o professor (ou orador) se posicione de modo a estar totalmente visível (preferencialmente numa curta distância). Cabe ressaltar que este é um processo extremamente cansativo pela necessidade de se manter o foco, pois mesmo entre pessoas com melhor leitura labial, apenas 30% do que é falado é perfeitamente compreendido, sendo o restante intuído dentro de um contexto.

**e) Estimular a capacitação de monitores e estudantes em relação ao conhecimento e estudo da Libras**, para possam atender às demandas do estudante surdo.

**f) Incentivar a preparação, a publicação de recursos pedagógicos** e a instalação e uso das tecnologias assistivas em sala de aula. Considerar, que mesmo o surdo oralizado que sabe escrever, não consegue ao mesmo tempo olhar para o docente ou o intérprete e tomar nota. Por isso é necessário ter um equipamento que grave e digitalize o que está sendo falado em sala de aula.

**g) Levar ao seu superior (diretor da escola, coordenação do curso ou outro setor/comissão de competência), as demandas solicitadas ou sugeridas pelo estudante.** Por exemplo, a necessidade do estudante surdo pela presença do intérprete



oralista ou bimodal nas disciplinas do curso, para realizar a comunicação entre surdos oralizados, usuários da língua portuguesa e ouvintes, por meio da leitura labial centralizada.

**h) Adaptar o processo avaliativo:** (1) Disponibilizar provas em formato acessível em Libras, quando solicitado; (2) Ampliar o tempo para realização de avaliações e atividades acadêmicas; (3) Adotar critérios avaliativos, inclusive para provas escritas, ou discursivas, que considerem as peculiaridades da Libras, visto que a língua portuguesa é a segunda língua de surdos sinalizantes.<sup>9</sup>

**i) Propiciar, quando na universidade, a elaboração de novos sinais na Libras de termos específicos de cursos de graduação,** uma vez que não há material didático específico voltado para o surdo sinalizante. Se este estudante tem dificuldade de leitura em língua portuguesa, ele vai se basear no que é visto nas aulas. Por essa razão, em paralelo, é importante estimular a produção de vídeos didáticos em Libras e com legendas.

**j) Estimular a entrega de aulas previamente ao TILSP,** a fim que o mesmo já compreenda o conteúdo a ser lecionado para facilitar a sua tradução e interpretação ao surdo sinalizante. Existem poucos sinais técnicos/científicos em Libras. O tradutor intérprete precisará compreender o que está sendo apresentado para, na ausência de sinais específicos, ser capaz de traduzir o que representa. O TILSP para o ensino superior deve ser um intérprete especializado, e a universidade deve oferecer essa capacitação.

**k) Não favorecer a aprovação automática.** No entanto, no decorrer do período letivo é importante que o professor acompanhe o desempenho do estudante e, junto à equipe pedagógica e da sala de recursos, elabore um plano de ensino individualizado que possa atender às demandas e dificuldades observadas, de modo a evitar sua reprovação. No ensino básico é importante a presença da família nesse processo. No ensino superior deve-se ampliar o tempo de tolerância para jubramento, a pedido do estudante surdo ou da pessoa com deficiência auditiva em 100%, ou seja, que o estudante possa cursar o dobro do tempo previsto de finalização do curso para adquirir, segundo suas especificidades, o conhecimento necessário e a aprovação nas disciplinas.



## ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS NO ENSINO REMOTO

É importante no ensino remoto:

a) **Verificar se o estudante sabe utilizar as plataformas de ambiente virtual**, se tem acesso adequado à *internet* e aos diferentes equipamentos tecnológicos (computador, *tablet*, celular, etc.) para para ingressar nos *links* das aulas remotas.

b) **Garantir a iluminação adequada tanto do docente como do TILSP** para que possam ser vistos adequadamente pelo estudante surdo sinalizante ou oralizado. Procurar não ter a necessidade de múltiplas telas. Procure manter visível só o docente, intérprete e tela com *slides*.

a. Cabe ressaltar que, atualmente, a maioria das plataformas fica mudando de tela conforme a fala do professor. Algumas têm a opção de “prender” uma tela e, nesse caso, o surdo acaba optando pela consulta ao TILSP, deixando de ver os *slides* ou vice-versa.

c) **Evitar falar em tela cheia** (se possível, nunca falar em tela cheia), ou seja, nunca deixar somente o *slide* sendo apresentado no ambiente virtual. O docente e o TILSP precisam estar visíveis todo o tempo. Da mesma forma que a apresentação presencial, o *slide* precisa ser visto primeiro, depois explicado e continuar visível um pouco mais de tempo para que o estudante surdo possa examiná-lo. Lembrando que não é possível acompanhar o intérprete e o que está sendo apresentado ao mesmo tempo.

d) **Passar os slides pausadamente**, pois o surdo sinalizante irá se dividir em olhar a apresentação e a interpretação realizada pelo TILSP. Sugere-se que o docente, inicialmente, apresente o *slide*, fale sobre o mesmo, e o mantenha por um tempo curto, de modo a permitir que o surdo sinalizante reconheça o que foi falado.

e) **Falar sempre de frente**, pausadamente, sem abaixar a cabeça e sem tapar a boca com as mãos, para garantir a interpretação do TILSP ao surdo. O mesmo se refere ao caso da pessoa com deficiência auditiva não sinalizante, em uso ou não de aparelhos auditivos, para que tenha compreensão do conteúdo ministrado. Lembrando que o uso de bigode e barba prejudica a leitura labial quando os pelos tapam a boca. A leitura labial será facilitada pelos estudantes que têm habilidade na leitura, por isso, tais recomendações são essenciais.

f) **Gravar as aulas**, se possível, para disponibilizar ao estudante a oportunidade de rever a matéria. Essa é a melhor estratégia, pois permite que o surdo veja o que o intérprete sinaliza e possa pausar a gravação para ver as imagens dos *slides*. Além disso, permite que a pessoa com deficiência auditiva possa voltar para rever o conteúdo ministrado, caso não o tenha compreendido num primeiro momento.



g) **Dar preferência, sempre que possível, às plataformas de transmissões virtuais que tenham sistema de legendagem automática em português**, para que o surdo oralizado possa acompanhar. Lembrar que muitos surdos utilizam o celular para acesso às plataformas visuais, sendo que este não permite o acesso à muitas imagens ao mesmo tempo.

h) **Perguntar, no início do semestre, em sua primeira aula, se há estudantes com deficiência na sala, dentre eles surdos usuários da Libras, e/ou com deficiência auditiva, oralizados, em uso ou não de próteses auditivas, para que possa tornar as aulas mais acessíveis.**

1. Sempre procurar saber se há a presença de estudantes com deficiência na sua disciplina/matéria. Isto porque, quando necessário, deve-se adaptar as aulas, as avaliações, etc., como previsto na Lei Brasileira de Inclusão<sup>6</sup>; bem como buscar meios de atualização e capacitação no campo da pessoa com deficiência.

2. Nas aulas, sempre procurar saber se o estudante está conseguindo acompanhar o conteúdo ministrado. Além disso, procurar também solicitar informações do próprio estudante (se possível, também da família) sobre o que pode ser feito para melhoria das aulas e de todo o processo de aprendizagem.



## BIBLIOGRAFIA

1. CAPELLI, J. C. S.; DE CICCIO, N. T.; BARRAL, J. et al. A educação do surdo no ensino superior. Manual técnico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. 35 p.
2. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf) Acesso em: 02 jan. 2020.
3. RESUMO TÉCNICO. Censo da Educação Superior 2015. 2. ed. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
4. BRASIL. Lei nº 13.409/2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm) Acesso em: 08 fev. 2020.
5. HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? Rev Bras Estud Pedagog, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, 2012.
6. BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 05 fev. 2020.
7. CAPELLI, J. S. C., DI BLASI, F.; DUTRA, F. B. S. Professors' perception of the entry of a deaf student into a university campus. Rev Bras Ed Esp, Bauru, v.26, n. 1, p.67-88, jan.-mar., 2020.
8. DE CICCIO, N. Pérolas da minha surdez. 2ª Ed., Belford Roxo: Editora Bindi, 2020.
9. BRASIL. Lei nº 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 01 fev. 2020.



## SOBRE AS AUTORAS



### **Jane de Carlos Santana Capelli**

Doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro/Brasil. Professora Associada do Curso de Nutrição da UFRJ-Campus Macaé Professor Aloisio Teixeira. Pós-Doutora pelo PROJETO SURDOS UFRJ/Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis/Centro de Ciências da Saúde/UFRJ. Membro efetivo do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI). Presidente da Comissão Permanente UFRJ-MACAÉ Acessível e Inclusiva (CPAI).



### **Nuccia N. T. De Cicco**

Doutora em Química Biológica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/Brasil. Responsável pelo Laboratório Didático de Ciências para Surdos (Ladics) e pesquisadora do PROJETO SURDOS-UFRJ/Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis/Centro de Ciências da Saúde/UFRJ. Membro efetivo do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI).



### **Vivian M. Rumjanek**

Doutora pela Universidade de Londres, Inglaterra. Professora Titular do Instituto de Bioquímica Médica/Centro de Ciências da Saúde/UFRJ. Coordenadora do PROJETO SURDOS-UFRJ/Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis/Centro de Ciências da Saúde/UFRJ. Membro efetivo do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI).



## REALIZAÇÃO:



## APOIO:



## PARCERIA:



ISBN: 978-65-89225-01-0

CDL



9 786589 225010

